



Anais da VIII Semana da Diversidade Humana (ISSN 2675-1127) – 09 a 11 de outubro de 2023 – Centro Universitário São Lucas – Porto Velho
A Aplicabilidade Do Crime De Femicídio A Mulher Transsexual

Jhamilly Mageski Lopes, UniSL,

jhamilly.trabalhos@gmail.com

Tamyris Santana Coelho , UniSL,

tamysantanaunisl@gmail.com

Aline Nayara Garcia Guimarães - São Lucas JPR,

aline.guimaraes@saolucasjiparana.edu.br

INTRODUÇÃO: Apesar da justiça brasileira ser aderente a troca de sexo e nome no registro civil, a mulher transsexual não é reconhecida como o que ela verdadeiramente é, uma mulher. A Lei do Femicídio, Lei 13.104/2015, advém de um ato, qualificando o homicídio oriundo ao gênero feminino. Entretanto, não obstante as mulheres transgênero também sofrerem de violência doméstica, e muitas vezes seguidas de feminicídio, elas não são enquadradas na Lei Maria da Penha , Lei 11.340/2006, e sequer na Lei 13.104/2015. As pessoas trans são significativamente afetadas pela violência de gênero, e a aplicação de leis que protegem as mulheres, como o feminicídio e a Lei Maria da Penha, a esta população é um desafio complexo.

OBJETIVO. O presente resumo tem como objetivo de promover conhecimento, informações, e ações quanto à ineficiência de aplicação da Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio às pessoas transgêneros. **MATERIAL E METODOLOGIA:** Como procedimento técnico, utilizará uma bibliografia e uma pesquisa geral, pois será uma pesquisa processada a partir de materiais já publicados através de livros, artigos e periódicos, formando uma revisão sobre determinado tema. É uma pesquisa exploratória porque visa proporcionar maior familiaridade com o tema abordado e torná-lo mais explícito. Foram selecionadas dissertações e artigos científicos que tratavam do tema determinado e temas correlatos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Originado em meio ao patriarcado e fomentado em meio a misoginia, o Brasil segue em patamares absurdos de violência contra o gênero feminino. A violência de gênero é um problema global e leis especiais foram criadas para proteger as mulheres, como o feminicídio e a Lei Maria da Penha no Brasil. No entanto, as pessoas transgênero também enfrentam elevadas taxas de violência baseada no gênero, e a aplicação destas leis a esta população apresenta desafios devido às complexidades da identidade de gênero. As leis não

incluem pessoas transgênero no âmbito de suas leis, levantando questões sobre quem tem direito à proteção delas. E a discriminação torna mais difícil para as pessoas transgênero procurarem ajuda às leis existentes. A inclusão explícita da identidade de gênero nas leis sobre violência baseada no gênero é um passo crucial para garantir a proteção das pessoas transexuais. Esta mudança legal permitiria que as pessoas transgênero obtivessem ajuda e justiça inequívocas, eliminando a incerteza sobre a sua elegibilidade para proteção legal. Países como o Canadá e a Argentina já adotaram abordagens progressivas a este respeito e demonstraram a viabilidade desta inclusão. A incorporação da identidade de gênero na lei e a promoção da educação para a diversidade de gênero enfrentam desafios significativos, incluindo resistência cultural e política. Os grupos conservadores podem se opor a estas mudanças, argumentando que elas ameaçam as tradições ou valores tradicionais. Contudo, é importante reconhecer que os direitos humanos e a igualdade de gênero devem superar estas objeções. Embora existam desafios e resistências a estas mudanças, a experiência dos países que adotaram abordagens progressistas mostra que é possível promover uma sociedade mais igualitária e justa para todos, independentemente da sua identidade de gênero. O impacto positivo dessas medidas vai além das pessoas trans e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e segura para todos os indivíduos. **CONCLUSÃO:** A aplicação do feminicídio e da lei Maria da Penha aos transexuais é um desafio que exige sensibilidade e inclusão. É imperativo reconhecer a violência baseada no gênero que esta população enfrenta e trabalhar para garantir que as leis de proteção também forneçam apoio às pessoas transgênero. A inclusão explícita da identidade de gênero, da educação e do acesso a serviços de apoio são passos essenciais para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Palavras-chave: Transgênero. Inclusão. Feminicídio. Gênero.